

História de abuso durante a infância (*)

B. FIGUEIREDO (**)

C. PAIVA (***)

R. MATOS (****)

A. MAIA (*****)

E. FERNANDES (*****)

1. INTRODUÇÃO

Estimar a prevalência ou a incidência de maus tratos à criança e ao adolescente é um objectivo que tem norteado muitos estudos empíricos, os quais seguiram duas metodologias distintas. Alguns estudos procuraram avaliar, junto de indivíduos na idade adulta, a presença de história de maus tratos na infância; outros estudos procura-

ram estimar, através da consulta de registos oficiais ou da observação directa dos sujeitos, o número de crianças sobre as quais estaria a acontecer uma situação de abuso.

No primeiro grupo de estudos, que enverga pela metodologia adoptada na investigação que apresentamos neste artigo, verifica-se que experiências de maus tratos e negligência durante a infância e a adolescência são relatadas por um elevado número de indivíduos na idade adulta.

A prevalência de história de abuso físico na infância e adolescência, com base nos relatos na idade adulta, é estimada em 14 a 50% dos sujeitos das amostras recolhidas na comunidade, tendo em conta as amostras e os instrumentos que usam diferentes definições para o abuso (Belt & Abidin, 1996; Browne & Hamilton, 1998; Crouch, Milner, & Caliso, 1995; Eisen & Carlson, 1998; Epps, Carlin, & Ward, 1999; Fish & Scott, 1999; Liem & Boudewyn, 1999; Litty, Kowalski, & Minor, 1996; Milner, Robertson, & Rogers, 1990; Paúl, Milner, & Múgica, 1995; Rosen & Martin, 1996).

No que se refere especificamente à história de abuso sexual durante a infância e adolescência, este tipo de abuso tem sido igualmente relatado por um número considerável de indivíduos na

(*) Este estudo decorre no âmbito de um projecto de investigação com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (PRAXIS/C/PSI/14276/1998. Investigadora Responsável: Profª Doutora Bárbara Figueiredo).

Correspondência: Bárbara Figueiredo, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4700 Braga, Email: bbfi@iep.uminho.pt
(**) Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

(***) Bolseira de Investigação no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

(****) Universidade Fernando Pessoa.

(*****) Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

(*****) Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.

idade adulta, em amostras oriundas da comunidade; no entanto, os valores de prevalência são aqui inferiores e situam-se, consoante os estudos, entre 10 e 37% dos sujeitos das amostras consideradas (Benedict, Paine, Paine, Brandt, & Stalling, 1999; Brayden, Deitrich-MacLean, Dietrich, Sherrod, & Altemeier, 1995; Epstein & Bottoms, 1998; Fish & Scott, 1999; Grimstad & Schei, 1999; Kinzl, Traweg, & Biebl, 1995; Liem & Boudewyn, 1999; Linksey & Fergusson, 1997; Melchert, 2000; Peters & Range, 1995; Polusny & Foulette, 1995; Shapiro & Levensky, 1999). Algumas investigações assinalam, por sua vez, que mais de metade destes relatos de abuso sexual se referem a apenas um incidente (Benedict et al., 1999; Epstein & Bottoms, 1998); contudo, Kinzl et al. (1995) observam que o abuso sexual ocorre mais vezes repetidamente. Outras investigações demonstram ainda que com frequência as vítimas de abuso físico são igualmente vítimas de abuso sexual (e.g., Fish & Scott, 1999; Liem & Boudewyn, 1999; Rosen & Martin, 1996), o que é uma evidência empírica que também deve ser assinalada.

O abuso é mais corrente antes do que depois do início da adolescência, tanto no que se refere ao abuso físico (e.g., Crouch et al., 1995; Milner et al., 1990; Paúl et al., 1995), como no que se refere ao abuso sexual (e.g., Benedict, Paine, Paine, Brandt, & Stalling, 1999; Epstein & Bottoms, 1998; Linksey & Fergusson, 1997), na maior parte dos estudos. Este resultado corresponde ao que também tem sido observado quando se tomam em conta os registos de queixas junto de organismos oficiais (Egami, Fond, Greenfield, & Crum, 1996; McGuigan & Pratt, 2001; Mollerstrom, Patchner, & Milner, 1995; National Centre on Child Abuse and Neglect, 1986; National Study of the Incidence and Severity of Child Abuse and Neglect, 1988; U.S. Department of Health and Human Services, The Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, 1996).

A generalidade dos inquiridos encontra ainda que o abuso é mais corrente nas mulheres do que nos homens; o mesmo se verifica tanto para o abuso físico com sequelas (e.g., Browne & Hamilton, 1998; Liem & Boudewyn, 1999; Milner et al. 1990; Paúl et al., 1995), como para o abuso sexual (Belt & Abidin, 1996; Browne & Hamilton, 1998; Epstein & Bottoms, 1998; Fish &

Scott, 1999; Kinzl, Traweg, & Biebl, 1995; Milner, et al., 1990; Paúl, et al., 1995; Peters & Range, 1995; Rosen & Martin, 1996). No entanto, alguns autores observam que apenas o abuso sexual é mais corrente nas mulheres do que nos homens, sendo que a história de abuso físico com sequelas é mais relatada pelos homens das amostras estudadas (e.g., Belt & Abidin, 1996; Rosen & Martin, 1996) enquanto que outros autores não encontram diferenças entre sexos no que se refere ao abuso físico (Fish & Scott, 1999) ou ao abuso sexual (e.g., Melchert, 2000). Os estudos que consideram os registos junto de organismos oficiais também não verificam um número significativamente diferente de queixas de maus tratos perpetradas sobre crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino (Egami et al., 1996; McGuigan & Pratt, 2001; Mollerstrom et al., 1995; National Centre on Child Abuse and Neglect, 1986; National Study of the Incidence and Severity of Child Abuse and Neglect, 1988; U.S. Department of Health and Human Services, The Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, 1996). Alguns estudos observam, contudo, mais queixas de abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino (e.g., Mollerstrom et al., 1995).

Quanto aos perpetradores do abuso, embora geralmente não se verifiquem diferenças significativas na frequência de relatos de abuso perpetrados pela mãe e pelo pai, sobretudo no que se refere aos maus tratos físicos (e.g., Browne & Hamilton, 1998), este tipo de abuso tende a ser mais reportado a elementos da família, enquanto que, comparativamente, o abuso sexual é mais reportado a elementos fora da família. No entanto, o abuso sexual também se verifica frequentemente no quadro da família, em prevalência igual, dentro e fora da família, quando em algumas investigações se considera a família alargada (e.g., Brayden et al., 1995). Alguns estudos observam que, especificamente ao abuso sexual, tende mais vezes a ser perpetrado pelo pai do que pela mãe, quando se têm em conta os registos das queixas junto de organismos oficiais (e.g., Mollerstrom et al., 1995).

O estudo que passamos a apresentar tem como objectivos principais avaliar numa amostra representativa de pais na comunidade:

- 1) a prevalência de abuso físico e sexual, nomeadamente em relação com a idade da sua ocorrência, antes e depois do início da adolescência, e com o sexo da vítima;
- 2) a recorrência do abuso físico e sexual, analisando uma possível associação entre o abuso antes e depois dos 13 anos de idade;
- 3) o perpetrador do abuso nomeadamente em relação aos diferentes tipos de abuso (físico e sexual) e ao sexo da vítima;
- 4) a previsibilidade do dia a dia e o suporte obtido durante a infância.

2. MÉTODO

2.1. *Participantes*

2.1.1. Selecção dos participantes

Os participantes que constituem a amostra deste estudo foram recrutados através de 5 escolas públicas do 1.º ciclo do Ensino Básico, seleccionadas ao acaso em áreas residenciais diversas (urbana/rural) da zona Norte do País (Porto, Maia, Braga e Chaves). Foram contactados todos os pais das crianças que frequentavam as escolas escolhidas para o estudo.

2.1.2. Caracterização social e demográfica dos participantes

A amostra é composta por 506 mães e 426 pais (932 sujeitos), num total de 402 casais, com pelo menos um filho a frequentar um dos primeiros quatro anos do Ensino Básico das escolas consideradas.

Apresentamos de seguida as principais características sociais e demográficas da amostra de pais que foi alvo do presente estudo, tal como pode observar no Quadro 1.

A idade das mães varia entre os 22 e os 77 anos de idade, sendo que grande parte da amostra se situa na faixa etária dos 31-35 anos de idade (38.3%). Mais de metade das mães (51.2%) tem idade inferior a 36 anos. A idade dos pais varia entre os 25 e os 84 anos, sendo a faixa etária dos 36-40 anos a que acumula uma

maior percentagem de participantes (34.6%). Cerca de 68% dos pais têm menos de 41 anos.

Quanto ao estado civil dos elementos da amostra, quase todos os pais (89.8% das mães e 96.9% dos pais) são casados ou vivem em união de facto.

A maioria dos participantes da amostra (61.1%) completou a escolaridade obrigatória (60.8% das mães estudaram pelo menos até ao 9.º ano, o mesmo acontecendo com 61.5% dos pais). Mesmo assim, verifica-se que um elevado número de pais (39.2% das mães e 38.5% dos pais) não completou a escolaridade obrigatória.

Relativamente à situação profissional, verifica-se que a maior parte das mães (91.6%) está empregada (77.4%) ou é doméstica (14.2%) e que a maior parte dos pais (93.8%) se encontra também a trabalhar. Apenas 7.7% das mães e 5% dos pais se encontram desempregados.¹

Quanto à ocupação profissional dos pais, a categoria «técnicos não especializados» é, relativamente às restantes, a que acumula uma percentagem mais elevada de sujeitos, quer de mães (28.2%) quer de pais (29.2%), indicando um elevado número de pais com profissões de nível médio.

O rendimento familiar mensal de mais de metade dos participantes da amostra (59.5% das mães e 53.5% dos pais) é inferior a 200 mil escudos. Uma percentagem significativa de famílias da amostra vive com menos do ordenado mínimo nacional (8.1% das mães e 3.4% dos pais). Contudo, fizeram igualmente parte deste estudo indivíduos com rendimento familiar elevado (13.8% das mães e 16% dos pais).

Quase todos os participantes da amostra são de naturalidade portuguesa (93% dos pais e 90.2% das mães); no entanto, 6.4% de mães e 5.5% de pais são oriundos de outros países de expressão portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde e Brasil).

¹ Verificamos que relativamente à situação profissional, a amostra de pais não apresenta diferenças acentuadas ao nível do emprego/desemprego, quando comparada com a média da população activa da Região Norte, cuja distribuição, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte (1999), é a seguinte: 95% da população empregada e 5% de desempregados.

QUADRO 1
Caracterização socio-demográfica dos participantes do estudo

	Mãe N=506	Pai N=426
Idade		
20-25	6 (1.2%)	1 (0.2%)
26-30	58 (11.6%)	23 (5.4%)
31-35	194 (38.3%)	118 (27.8%)
36-40	159 (31.5%)	148 (34.6%)
41-45	65 (13%)	88 (20.6%)
46-50	19 (3.8%)	38 (8.9%)
+ 50	3 (0.6%)	10 (2.1%)
Estado civil		
Casado	441 (87%)	401 (94.1%)
União de facto	14 (2.8%)	12 (2.8%)
Solteiro	12 (2.4%)	1 (0.2%)
Divorciado/Separado	37 (7.3%)	12 (2.8%)
Viúvo	3 (0.6%)	0 (0%)
Habilitações literárias		
Até ao 4.º ano	91 (18.2%)	70 (16.6%)
7.º ano	105 (21%)	92 (21.9%)
9.º ano	107 (21.4%)	87 (20.7%)
12.º ano	62 (12.4%)	51 (12.1%)
Curso técnico	12 (2.4%)	38 (9%)
Bacharelato	34 (6.8%)	26 (6.2%)
Licenciatura	84 (16.8%)	54 (12.8%)
Pós-licenciatura	5 (1%)	3 (0.7%)
Situação profissional		
Empregado(a)/Doméstica	451 (91.6%)	379 (93.8%)

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

Desempregado(a)	38 (7.7%)	20 (5%)
Reformado(a)/Pensionista	3 (0.6%)	5 (1.2%)
Profissão*		
Profissões liberais	96 (19.8%)	79 (18.9%)
Técnicos especializados	42 (8.6%)	49 (11.7%)
Técnicos não especializados	137 (28.2%)	122 (29.2%)
Operários especializados	85 (17.5%)	101 (24.2%)
Operários não especializados	54 (11.1%)	67 (16%)
Estudantes	2 (0.4%)	0 (0%)
Doméstica	70 (14.4%)	0 (0%)
Rendimento do agregado familiar		
Até 60 contos	39 (8.1%)	14 (3.4%)
61-100 contos	82 (17.1%)	65 (15.7%)
101-200 contos	164 (34.2%)	142 (34.4%)
201-400 contos	128 (26.7%)	126 (30.5%)
Mais de 400 contos	66 (13.8%)	66 (16%)

* segundo os critérios incluídos na classificação de Graffar (1956)

Relativamente ao local de residência dos pais, e tendo em conta as quatro cidades nas quais a amostra foi recolhida (Porto, Maia, Braga e Chaves), verifica-se que a maior parte dos participantes deste estudo (95.7%) reside no Porto, Maia e Braga.

Os sujeitos são na sua maioria católicos (84.9% das mães e 69.5% dos pais); contudo, 2.3% de mães e 1.7% de pais professam outras religiões e 12.8% das mães e 28.8% dos pais declaram não ter nenhuma religião ou dizem-se ateus ou agnósticos.

O número de filhos naturais dos participantes da amostra varia entre 0 e 6. Na maior parte dos casos, quer as mulheres quer os homens, têm 2

filhos (51.9% e 50.9%, respectivamente). Quase todos os participantes têm até 3 filhos (97.6% para as mães e 98.1% para os pais)². Não existem diferenças no que diz respeito ao número de crianças de cada sexo (50.6% são do sexo masculino e 49.4% são do sexo feminino).

Cerca de 78% das mães afirmam que todos os seus filhos nasceram a partir de uma gravidez

² Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte (1991) e relativamente ao número de filhos, verifica-se que a amostra de pais é comparável à população com filhos da Região Norte, que tem sobretudo um ou dois filhos, em aproximadamente 80% dos casos.

planeada, o mesmo acontecendo com 79.7% dos pais. A percentagem de mães e pais com filhos adoptivos (1.6%) ou enteados (0.4% para as mães e 1% para os pais), é reduzida.

Verificamos ainda, que a grande maioria dos pais da amostra vive num agregado familiar nuclear (90.8%), apenas 9.2% cohabitam com outros membros da família, para além do cônjuge e dos filhos.³

Tendo em conta a caracterização social e demográfica que acabamos de apresentar, podemos concluir que a amostra do estudo apresenta uma boa heterogeneidade em termos da idade, estado civil, escolaridade, situação profissional e profissão dos pais. Algumas ligeiras diferenças foram notadas em relação às características sociais e demográficas, quando comparadas com a população adulta da Região Norte do País, as quais não nos parecem significativas e se devem provavelmente à comparação de valores relativos a grupos diferentes (pais/população activa). Com efeito, quando existem estatísticas relativas à população activa com filhos (pais), verifica-se que os valores observados junto dos participantes do estudo são em muito semelhantes aos valores relatados pelo Instituto Nacional de Estatística (1999). Não há assim razões para crermos que houve um enviesamento significativo na selecção dos sujeitos, sendo provável que a amostra de pais deste estudo seja representativa da população de pais da Região Norte do País.

2.2. Instrumentos

Segue-se uma breve descrição do questionário administrado nesta investigação.⁴

³ Relativamente à constituição do agregado familiar, verificamos que existe uma ligeira diferença no que diz respeito à percentagem de famílias nucleares e alargadas, com a amostra de pais apresentando uma percentagem ligeiramente superior de famílias nucleares em comparação com a média da população com filhos da Região Norte, cuja distribuição, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte (1991), é a seguinte: 87.08% dos casais a viver apenas com os filhos e 12.92% dos casais a viver com outras pessoas para além dos filhos.

2.2.1. Childhood History Questionnaire (CHQ, Milner, Robertson, & Rogers, 1990)

O CHQ⁵ permite aceder à história de abuso físico e sexual durante a infância e adolescência, tal como o é relatada pelo sujeito na idade adulta. Inclui questões acerca da presença e frequência de diferentes formas de abuso físico e sexual, antes e depois dos 13 anos separadamente. O abuso físico é avaliado em termos de abuso físico sem sequelas e de abuso físico com sequelas (e.g. hematomas, fracturas ósseas, queimaduras, deslocação de membros). Ao nível do abuso sexual quatro tipos de comportamentos abusivos são considerados: toques inapropriados, carícias sexuais, relações sexuais/violação e exibicionismo. Existe ainda um espaço em cada item destinado à identificação do perpetrador.

Além da perpetração de abuso físico ou sexual ao próprio, este questionário permite igualmente saber em que medida o indivíduo observou estes tipos de abuso perpetrados sobre terceiros, antes e depois dos 13 anos.

O CHQ inclui ainda três itens relativos aos cuidados prestados ao sujeito, que deve indicar com que frequência ocorreram os seguintes aspectos durante a infância: ter um adulto que se preocupasse realmente consigo, ter um amigo que se preocupasse realmente consigo, e sentir que o seu dia a dia era previsível.

2.3. Procedimentos

O estudo decorreu em 5 escolas públicas do 1.º ciclo do Ensino Básico, na zona Norte de Portugal: Porto (2 escolas), Maia, Braga e Chaves. As escolas foram seleccionadas de modo a ter uma amostra heterogénea de famílias, no que se refere a variáveis importantes para o assunto em questão, nomeadamente: estatuto social e económico, área de residência (rural/ur-

⁴ Aos participantes neste estudo foram administrados três questionários de auto-relato; no entanto, os resultados que apresentamos referem-se apenas ao CHQ (Milner et al., 1990).

⁵ Foi usada a tradução de Matos, Figueiredo, Maia, Fernandes, e Ribeiro (1999).

bana), número de filhos, profissão e estatuto matrimonial.

Inicialmente, foi realizado um estudo piloto com os pais dos alunos de uma turma do 2.º ano de escolaridade, para avaliar a consistência dos procedimentos, particularmente a adesão dos sujeitos, a compreensão das questões dos instrumentos a administrar e o tempo necessário ao preenchimento dos mesmos.

Os questionários foram enviados aos pais em envelopes separados e fechados, após o seu consentimento e os procedimentos formais e éticos quanto à permissão das autoridades escolares. Os pais tiveram previamente uma reunião com os professores que os esclareceram quanto aos objectivos do estudo, regras de confidencialidade e relevância da sua participação. Uma carta dos investigadores que precisava, entre outros, desses mesmos aspectos, foi também entregue nessa ocasião. Os questionários foram enviados pelos professores, através dos filhos. Os pais que assim quiseram preencheram os questionários em casa, separadamente, e devolveram-nos aos professores, em envelope fechado, através dos filhos. Sempre que persistiam dúvidas, um investigador procedeu aos esclarecimentos necessários, em local e forma combinada de acordo com a conveniência dos pais.

Foram enviados questionários a todos os pais que tinham pelo menos um filho nas escolas seleccionadas. A taxa de resposta (pais que devolveram os questionários) foi de 69% e a taxa de questionários que foram correcta e completamente preenchidos e devolvidos foi de 63% (o que corresponde a 68% das mães e a 57% dos pais contactados).

3. RESULTADOS

3.1. *História de abuso durante a infância e adolescência*

Os resultados que apresentamos a seguir dizem respeito à história de abuso na infância e adolescência, tal como foi relatada na idade adulta pelos participantes neste estudo.

3.1.1. *Algum tipo de abuso durante a infância e adolescência*

Tendo em conta a totalidade dos pais que completaram o CHQ (N=806), verificamos que uma elevada percentagem (73.2%) refere ter sido vítima de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas ou abuso sexual) durante a infância e/ou adolescência (o que corresponde a 71.7% das mães e 74.9% dos pais, tal como se pode observar no Quadro 2). Assim, apenas 26.8% dos pais (28.3% das mães e 25.1% dos pais) referem não ter sofrido nenhum tipo de abuso durante a infância.

Relativamente à idade em que o abuso foi perpetrado, podemos verificar (através do Quadro 3) que o abuso ocorreu mais frequentemente antes do que depois dos 13 anos de idade. Com efeito, 71.9% dos pais foram vítimas de algum tipo de abuso antes dos 13 anos (70.7% das mães e 73.5% dos pais), sendo que apenas 48.3% dos participantes sofreram abuso depois dos 13 anos de idade (46.2% das mães e 50.9% dos pais).

QUADRO 2

Relato de algum tipo de abuso (sem sequelas, com sequelas ou sexual) pelos participantes do estudo (N=806, 435 mães e 371 pais)

	Algum tipo de abuso
Mãe	312 (71.7%)
Pai	278 (74.9%)
Total	590 (73.2%)

QUADRO 3

Relato de algum tipo de abuso (sem sequelas, com sequelas ou sexual) antes (N=882, 478 mães e 404 pais) e depois (N=825, 444 mães e 381 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Algum tipo de abuso antes dos 13 anos	Algum tipo de abuso depois dos 13 anos
Mãe	338 (70.7%)	205 (46.2%)
Pai	297 (73.5%)	194 (50.9%)
Total	635 (71.9%)	399 (48.3%)

3.1.2. Abuso sem sequelas durante a infância e adolescência

No que se refere ao tipo de abuso mais frequente, isto é, ao abuso sem sequelas (açoites, bofetadas, pontapés, etc.), observamos que 72.1% dos pais sofreram este tipo de abuso (70.1% das mães e 74.3% dos pais), tal como se assinala no Quadro 4.

Como se pode observar no Quadro 5, encontramos um maior número de pais (70.8%) vítimas de abuso sem sequelas antes da idade dos 13 anos (69.4% das mães e 72.4% dos pais), comparativamente com o número de pais (47.0%) que sofreu este tipo de abuso depois dos 13 anos de idade (44.0% das mães e 50.4% dos pais).

QUADRO 4

Relato de história de abuso sem sequelas pelos participantes do estudo (N=823, 441 mães e 382 pais)

	Abuso sem sequelas
Mãe	309 (70.1%)
Pai	284 (74.3%)
Total	593 (72.1%)

QUADRO 5

Relato de história de abuso sem sequelas antes (N=894, 484 mães e 410 pais) e depois (N=834, 447 mães e 387 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Abuso sem sequelas antes dos 13 anos	Abuso sem sequelas depois dos 13 anos
Mãe	336 (69.4%)	197 (44.0%)
Pai	297 (72.4%)	195 (50.4%)
Total	633 (70.8%)	392 (47.0%)

3.1.3. Abuso com sequelas durante a infância e adolescência

Relativamente ao abuso com sequelas (feridas, cortes, arranhões, etc.), observamos que um menor número de pais (9.5%) relata ter sido vítima deste tipo de abuso (10.2% das mães e 8.6% dos pais), como se conclui da leitura do Quadro 6.

Como se pode observar no Quadro 7, um maior número de participantes (8.6%) sofreu abuso com sequelas antes dos 13 anos de idade

(o que corresponde a 8.8% das mães e 8.3% dos pais). Tal como verificamos com os restantes tipos de abuso, observamos que o abuso com sequelas é menos frequente depois dos 13 anos de idade, visto que apenas 6.2% dos pais o sinalizam (6.8% das mães e 5.4% dos pais).

QUADRO 6

Relato de abuso com sequelas pelos participantes do estudo (N=831, 449 mães e 382 pais)

	Abuso com sequelas
Mãe	46 (10.2%)
Pai	33 (8.6%)
Total	79 (9.5%)

QUADRO 7

Relato de abuso com sequelas antes (N=899, 490 mães e 409 pais) e depois (N=842, 453 mães e 389 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Abuso com sequelas antes dos 13 anos	Abuso com sequelas depois dos 13 anos
Mãe	43 (8.8%)	31 (6.8%)
Pai	34 (8.3%)	21 (5.4%)
Total	77 (8.6%)	52 (6.2%)

3.1.4. Abuso sexual durante a infância e adolescência

Mais ainda sabemos que 2.6% dos pais foram vítimas de abuso sexual, o que corresponde a um valor semelhante de mães (2.7%) e de pais (2.6%), como se pode concluir da observação do Quadro 8.

QUADRO 8

Relato de abuso sexual pelos participantes do estudo (N=835, 447 mães e 388 pais)

	Abuso com sequelas
Mãe	12 (2.7%)
Pai	10 (2.6%)
Total	22 (2.6%)

QUADRO 9

Relato de abuso sexual antes (N=899, 487 mães e 412 pais) e depois (N=843, 452 mães e 391 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Abuso sexual antes dos 13 anos	Abuso sexual depois dos 13 anos
Mãe	9 (1.9%)	7 (1.6%)
Pai	7 (1.7%)	5 (1.3%)
Total	16 (1.8%)	12 (1.4%)

Através do Quadro 9, verificamos que, antes dos 13 anos, 1.8% dos pais foram vítimas de abuso sexual (1.9% das mães e 1.7% dos pais) e que, depois dos 13 anos de idade, 1.4% dos pais sofreram abuso sexual (1.6% das mães e 1.3% dos pais que fazem parte da amostra).

3.1.5. História de abuso antes e depois dos 13 anos de idade

Existe uma diferença altamente significativa entre a ocorrência de abuso antes e depois da idade dos 13 anos, na história das mães em estudo ($z=-9.235$; $p<0.001$), tal como se conclui da leitura do Quadro 10. Assim, verifica-se que antes dos 13 anos a ocorrência de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas

ou abuso sexual) é significativamente superior à encontrada para a idade acima dos 13 anos.

Isso também se verificou na amostra de pais, os quais foram significativamente mais abusados antes do que depois dos 13 anos de idade. Essa diferença revela-se de igual modo altamente significativa no caso dos pais ($z=-8.081$; $p<0.001$), como se pode observar no Quadro 11.

Quanto ao abuso sem sequelas sofrido pelas mães da amostra, observamos que este tipo de abuso também ocorreu com mais frequência antes do que depois dos 13 anos, sendo essa diferença altamente significativa ($X1=0.6948$; $X2=0.4397$; $z=-9.519$; $p<0.001$). Tal como se verificou para as mães, existe igualmente para os pais diferenças altamente significativas ($X1=0.7251$; $X2=0.5052$; $z=-8.000$; $p<0.001$) no que diz respeito à ocorrência de abuso sem sequelas

QUADRO 10

Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas: Relato de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas, abuso sexual) antes e depois dos 13 anos de idade, pelas mães do estudo

	Antes dos 13 anos (média)	Depois dos 13 anos (média)	Z
Algum abuso	0.7077	0.4607	-9.235***

* $p<0.05$; ** $p<0.01$; *** $p<0.001$

QUADRO 11

Teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas: Relato de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas, abuso sexual) antes e depois dos 13 anos de idade, pelas pais do estudo

	Antes dos 13 anos (média)	Depois dos 13 anos (média)	Z
Algum abuso	0.7358	0.5105	-8.081***

* $p<0.05$; ** $p<0.01$; *** $p<0.001$

antes e depois dos 13 anos, sendo que se observa uma maior ocorrência deste tipo de abuso antes da idade dos 13 anos.

Quando se considera o abuso com sequelas sofrido pelas mães da amostra na comunidade, verificamos que existem diferenças significativas na ocorrência deste tipo de abuso antes e depois dos 13 anos ($X_1=8.758$; $X_2=6.828$; $z=-2.400$; $p<0.05$). Novamente, o abuso antes dos 13 anos aparece como significativamente mais frequente. Também o abuso com sequelas sofrido pelos pais ocorreu mais vezes antes do que após os 13 anos de idade, sendo essa diferença muito significativa ($X_1=8.293$; $X_2=5.385$; $z=-2.982$; $p<0.01$).

No entanto, no que se refere especificamente ao abuso sexual sofrido pelas mães na comunidade, observamos que não existem diferenças significativas quando se compara a ocorrência deste tipo de abuso antes e depois dos 13 anos ($X_1=1.844$; $X_2=1.545$; $z=-0.707$; $p=n.s.$). Do mesmo modo, também na amostra de pais, não foram encontradas diferenças significativas na ocorrência de abuso sexual antes e depois dos 13 anos ($X_1=1.695$; $X_2=1.276$; $z=-1.000$; $p=n.s.$).

3.1.6. Associação entre a história de abuso antes e depois dos 13 anos de idade

Quando algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas ou abuso sexual) aconteceu na infância e adolescência dos pais, observa-se que tal ocorreu, sobretudo, simultaneamente antes e depois dos 13 anos de idade, em 46.9% dos pais da amostra (44.1% das mães e 48.5% dos pais), como se pode verificar através da leitura do Quadro 12. Em seguida, em termos do que mais frequentemente sucedeu na trajetória desenvolvimental dos sujeitos, surge a situação em que o abuso se verificou apenas antes dos 13 anos, observada em 29.8% dos pais (sendo que para as mães temos 30.5% e para os pais 28.9%). O abuso apenas depois dos 13 anos é a situação menos frequente, que somente se verifica em 3.3% dos participantes da amostra em estudo (2.9% das mães e 3.7% dos pais).

Quando se considera especificamente o abuso sem sequelas verifica-se também que é principalmente perpetrado antes e depois dos 13 anos, sobre 44.7% dos pais da amostra (42.4% das mães e 47.4% dos pais). Em seguida, surge a situação em que o abuso é perpetrado apenas

QUADRO 12

Relato de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas ou abuso sexual) apenas antes (N=882, 478 mães e 404 pais), apenas depois (N=825, 444 mães e 381 pais), e antes e depois (N=806, 435 mães e 371 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Algum abuso apenas antes	Algum abuso apenas depois	Algum abuso antes e depois
Mãe	146 (30.5%)	13 (2.9%)	192 (44.1%)
Pai	117 (28.9%)	14 (3.7%)	180 (48.5%)
Total	263 (29.8%)	27 (3.3%)	378 (46.9%)

QUADRO 13

Relato de abuso com sequelas apenas antes (N=899, 490 mães e 409 pais), apenas depois (N=842, 453 mães e 389 pais), e antes e depois (N=831, 449 mães e 382 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Abuso com sequelas apenas antes	Abuso com sequelas apenas depois	Abuso com sequelas antes e depois
Mãe	18 (3.7%)	6 (1.3%)	25 (5.6%)
Pai	20 (4.9%)	7 (1.8%)	14 (3.7%)
Total	38 (4.2%)	13 (1.5%)	39 (4.7%)

antes dos 13 anos, em 29.6% dos pais (para as mães temos uma frequência de 30.8% e para os pais 28.3% dos casos). O abuso sem sequelas perpetrado apenas depois dos 13 anos é a situação menos frequente, que somente se observa em 2.5% dos pais (2.2% das mães e 2.8% dos pais).

Verificamos do mesmo modo que somente 4.2% dos participantes referem ter sido vítimas de abuso com sequelas apenas antes dos 13 anos (com 4.9% dos homens e 3.7% das mulheres da amostra de pais na comunidade). Quanto ao abuso com sequelas apenas depois dos 13 anos, verifica-se que 1.5% dos pais o relatam (1.3% das mães e 1.8% dos pais). Assim, mais uma vez, a situação mais frequente é a daqueles que terão sido vítimas de abuso com sequelas antes e depois dos 13 anos (4.7%), o que corresponde a 5.6% das mães e 3.7% dos pais que participaram no estudo (ver Quadro 13).

No entanto, quando os relatos de abuso sexual foram considerados, como se assinala no Quadro 14, tanto para as mães como para os pais da amostra, a situação mais corrente é o abuso ter ocorrido apenas antes dos 13 anos (o que foi verificado em 1.2% dos participantes da amostra), seguindo-se o abuso apenas depois dos 13 anos (0.8%) e, por último, a situação em que o abuso sexual ocorreu antes e depois dos 13 anos de idade (0.6%) .

Consequentemente, verifica-se que existe uma associação altamente significativa entre a histó-

ria de algum tipo de abuso antes e depois dos 13 anos ($\chi^2=114.651$; g.l.=1; $p<0.001$), na amostra de mães em estudo. A presença de casos em que o abuso aconteceu antes e depois dos 13 anos aparece com uma frequência superior à que seria de esperar, sendo que, é também mais elevada a frequência de casos em que não houve abuso nem antes nem depois dos 13 anos de idade. Assim, são mais frequentes os casos em que as mães não sofreram nenhum tipo de abuso nem antes nem depois dos 13 anos, ou que sofreram algum tipo de abuso antes e depois dos 13 anos, do que os casos em que as mães sofreram algum tipo de abuso apenas antes ou apenas depois dos 13 anos de idade (ver Quadro 15).

Tal como se observa para as mães, existe também uma associação altamente significativa entre a ocorrência de algum abuso antes e depois dos 13 anos de idade, quando se consideram os pais do estudo ($\chi^2=100.399$; g.l.=1; $p<0.001$). Mais uma vez, constata-se que os casos em que os pais foram abusados antes e depois dos 13 anos, bem como os casos em que não ocorreu abuso nem antes nem depois dos 13 anos, são mais frequentes do que seria de esperar numa distribuição ao acaso. Todavia, as situações de abuso apenas antes ou apenas depois dos 13 anos aparecem com frequências inferiores às esperadas.

Relativamente à história de abuso sem sequelas das mães, observamos igualmente uma asso-

QUADRO 14

Relato de abuso sexual apenas antes (N=899, 487 mães e 412 pais), apenas depois (N=843, 452 mães e 391 pais), e antes e depois (N=835, 447 mães e 388 pais) dos 13 anos de idade pelos participantes do estudo

	Abuso sexual apenas antes	Abuso sexual apenas depois	Abuso sexual antes e depois
Mãe	5 (1.0%)	3 (0.7%)	4 (0.9%)
Pai	6 (1.5%)	4 (1.0%)	1 (0.3%)
Total	11 (1.2%)	7 (0.8%)	5 (0.6%)

QUADRO 15

Teste de Qui-quadrado: História de algum tipo de abuso (abuso sem sequelas, abuso com sequelas ou abuso sexual) antes dos 13 anos e história de algum abuso depois dos 13 anos, nas mães do estudo (N=436)

			Algum abuso depois dos 13		total
			não	sim	
algum abuso antes dos 13	não	observada esperada	123 71.7	10 61.3	133 133.0
	sim	observada esperada	112 163.3	191 139.7	303 303.0
total		observada esperada	235 235.0	201 201.0	436 436.0

$\chi^2 = 114,651$; g.l.=1; $p < 0.001$

QUADRO 16

Teste de Qui-quadrado: Associação entre a história de abuso com sequelas antes dos 13 anos e a história de abuso com sequelas depois dos 13 anos, nas mães do estudo (N=450)

			Abuso com sequelas depois dos 13		total
			não	sim	
abuso com sequelas antes dos 13	não	observada esperada	404 381.7	5 27.3	409 409.0
	sim	observada esperada	16 38.3	25 2.7	41 41.0
Total		observada esperada	420 420.0	30 30.0	450 450.0

$\chi^2 = 213.831$; g.l.=1; $p < 0.001$

ciação altamente significativa entre a ocorrência deste tipo de abuso antes e depois dos 13 anos de idade ($\chi^2=119.583$; g.l.=1; $p<0.001$). Observa-se que a frequência de abuso sem sequelas sofrido antes e depois dos 13 anos é superior ao que seria de esperar se a distribuição se tivesse dado ao acaso, enquanto a ocorrência de abuso apenas antes ou apenas depois dos 13 anos aparece abaixo dos valores esperados. Por outro lado, a não ocorrência de abuso sem sequelas nem antes nem depois dos 13 anos, aparece igualmente com frequências acima das que se poderiam atribuir ao acaso.

Existe uma associação altamente significativa entre a história de abuso sem sequelas antes dos 13 anos e a história de abuso sem sequelas depois dos 13 anos de idade, também na amostra de pais ($\chi^2=104.429$; g.l.=1; $p<0.001$). Novamente, verificamos que as situações em que o abuso sem sequelas foi perpetrado antes e depois dos 13 anos e as situações em que não houve ocorrência deste tipo de abuso naqueles dois períodos, aparecem em frequências superiores às esperadas, enquanto as situações de abuso apenas antes e apenas depois dos 13 anos, são menos frequentes do que as que seriam obtidas numa distribuição ao acaso.

Do mesmo modo, no que diz respeito ao abuso com sequelas sofrido pelas mães, vemos no Quadro 16 que existe uma associação altamente significativa entre o facto de o abuso com sequelas ter ocorrido antes e depois dos 13 anos de idade ($\chi^2=213.831$; g.l.=1; $p<0.001$). Saliente-se o facto de o abuso com sequelas sofrido antes e depois dos 13 anos de idade, bem como a não

ocorrência deste tipo de abuso nem antes nem depois dos 13 anos, aparecerem em frequências superiores às esperadas. Por outro lado, o abuso com sequelas perpetrado apenas antes, ou apenas depois dos 13 anos, aparece em frequências inferiores às esperadas numa distribuição ao acaso.

À semelhança do que aconteceu com as mães, existe uma associação altamente significativa entre a ocorrência de abuso com sequelas antes dos 13 anos e a ocorrência de abuso com sequelas depois dos 13 anos de idade, nos pais da amostra ($\chi^2=136.840$; g.l.=1; $p<0.001$). Também no caso dos pais, verifica-se que o abuso com sequelas é mais frequente do que seria de esperar, quando se considera a sua ocorrência antes e depois dos 13 anos. Do mesmo modo, observa-se que é também superior à esperada a frequência de casos em que o abuso com sequelas não ocorre nem antes, nem depois dos 13 anos de idade. O abuso com sequelas apenas antes, ou apenas depois dos 13 anos, aparece em frequências inferiores às que seria de esperar se os participantes se distribuíssem ao acaso nas categorias em estudo.

Finalmente, quando consideramos a ocorrência de abuso sexual, verificamos que existe igualmente uma associação altamente significativa entre as mães terem sido vítimas deste tipo de abuso antes e depois dos 13 anos de idade ($\chi^2=109,806$; g.l.=1; $p<0.001$), tal como se observa no Quadro 17. Salienta-se novamente o facto de o abuso sexual antes e depois dos 13 anos aparecer, tal como a não ocorrência de abuso nem antes nem depois dos 13 anos, em frequências superiores às que seriam de esperar

QUADRO 17

Teste de Qui-quadrado: Associação entre a história de abuso sexual antes dos 13 anos e a história de abuso sexual depois dos 13 anos, nas mães do estudo (N=448)

			Abuso sexual depois dos 13		total
			não	sim	
abuso sexual antes dos 13	não	observada	436	3	439
		esperada	432.1	6.9	439.0
	sim	observada	5	4	9
		esperada	8.9	0.1	9.0
total	observada		441	7	448
	esperada		441.0	7.0	448.0

$\chi^2=109.806$; g.l.=1; $p<0.001$

se não houvesse uma associação significativa entre as variáveis. O abuso sexual apenas antes ou apenas depois dos 13 anos é menos comum do que seria de esperar numa distribuição ao acaso.

Há também uma associação altamente significativa entre o abuso sexual sofrido pelos pais antes dos 13 anos e esse mesmo tipo de abuso sofrido depois dos 13 anos de idade ($\chi^2=12.311$; g.l.=1; $p<0.001$). O abuso sexual antes e depois dos 13 anos surge, tal como acontecia para as mães, em frequências acima das esperadas, enquanto o abuso sexual ocorrido apenas antes ou apenas depois dos 13 anos aparece menos frequentemente do que seria de esperar numa distribuição ao acaso.

3.1.7. Tipos e perpetradores de comportamentos abusivos

O questionário CHQ permitiu ainda avaliar outros aspectos sobre os quais nos iremos debruçar agora: os diferentes tipos de comportamentos abusivos e os diferentes perpetradores do abuso.

Com relação aos comportamentos abusivos, o estudo mostra que, no referente quer à mãe quer ao pai (não existem diferenças entre os sexos), os comportamentos de abuso mais frequentemente reportados, respectivamente à infância e à adolescência, são: para o abuso sem sequelas, os «açóites», a dimensão mais frequentemente referida, quer para o período antes (61.5%) quer para o período depois da idade de 13 anos (41.9%); para o abuso com sequelas, as «feridas», tanto no período anterior como no período posterior aos 13 anos de idade (7.3% e 4.8% respectivamente); para o abuso sexual, os «toques inapropriados», antes dos 13 anos (1.6%) e as «carícias sexuais», depois dos 13 anos de idade (1.1%).

No que se refere ao perpetrador do abuso, os perpetradores mais correntemente identificados pelos participantes no estudo, no caso de essa identificação ter sido feita, são: a «mãe», o «pai», e «outras crianças». Tanto para o período antes dos 13 anos, como para o período depois dos 13 anos de idade, e tal como se assinala a seguir, foram identificados diferentes perpetradores, consoante o género da vítima e os diferentes tipos de abuso.

Para o abuso sem sequelas antes dos 13 anos de idade, pais e mães referem o «pai» como per-

petrador mais frequente (em 42.8% das mães e em 43.5% dos pais vítimas deste tipo de abuso), logo seguido pela «mãe» (em 42.6% das mães e em 40.1% dos pais vítimas deste tipo de abuso). Para o abuso sem sequelas depois dos 13 anos de idade, temos que as mães identificam a «mãe» como perpetrador mais frequente logo seguido pelo «pai» (respectivamente, em 50.2% e 36.9% das mães que relatam este tipo de abuso), enquanto que os pais identificam o «pai» como perpetrador mais frequente logo seguido pela «mãe» (respectivamente, em 45.1% e 40.3% dos pais que referem este tipo de abuso).

Para o abuso com sequelas, quer para o período antes como para o período depois dos 13 anos de idade, as «outras crianças» são referidas como perpetrador mais frequente, tanto pelas mães (respectivamente, para 75.9% e 75% das mães que relatam este tipo de abuso), como pelos pais que participaram no estudo (respectivamente por 48% e 57.1% dos pais vítimas deste tipo de abuso). No entanto, assinala-se que os participantes do sexo feminino identificam em segundo lugar a «mãe» como perpetrador mais frequente de maus tratos com sequelas (referido por 15% das vítimas para o período antes dos 13 anos e por 7% para o período depois dos 13 anos de idade), seguido do «pai» (referido por 6.9% das vítimas para o período antes dos 13 anos e por 7% para o período depois dos 13 anos de idade); enquanto que os participantes do sexo masculino identificam em segundo lugar o «pai» como perpetrador mais frequente de maus tratos com sequelas (referido por 21.2% das vítimas para o período antes dos 13 anos e por 14.3% para o período depois dos 13 anos de idade), seguido da «mãe» (referido por 13.5% das vítimas para o período antes dos 13 anos e por 14.3% para o período depois dos 13 anos de idade).

No que se refere ao abuso sexual, as mães que participam no estudo referem mais frequentemente «outras crianças» como perpetrador do abuso no período antes e após os 13 anos de idade (respectivamente por 45.5% e 67% das mães vítimas deste tipo de abuso); enquanto que o «pai» é mais frequentemente referido, pelos pais participantes no estudo, como perpetrador do abuso sexual no período antes dos 13 anos de idade (em 42.9% dos pais vítimas deste tipo de abuso), sendo as «outras crianças» mais frequentemente referidas apenas no período depois dos

13 anos de idade (em 100% dos pais que assinaram este tipo de abuso).

Foram testadas possíveis associações entre o perpetrador do abuso e o sexo do indivíduo, verificando-se o significado estatístico das mesmas. Por exemplo, relativamente à categoria «açóites» do abuso sem sequelas antes dos 13 anos, verificamos que existe uma associação altamente significativa entre o facto de o perpetrador ser a mãe ou o pai do sujeito e o sexo do mesmo ($\chi^2=11.408$; g.l.=1; $p<0.001$). Como podemos ver no Quadro 18, os «açóites» sofridos pelos sujeitos do sexo feminino que foram perpetrados pelas suas mães, aparecem numa frequência superior à que seria de esperar, enquanto os que foram perpetrados pelos pais aparecem numa frequência inferior à esperada numa distribuição

ao acaso. Por sua vez, os «açóites» sofridos pelos sujeitos do sexo masculino da amostra foram perpetrados pelos seus pais em frequências superiores às esperadas e pelas suas mães em frequências inferiores ao que seria de esperar numa distribuição de acaso.

Também relativamente à categoria «bofetadas/pontapés» do abuso sem sequelas antes dos 13 anos, verificamos que existe uma associação altamente significativa entre o facto de o perpetrador ser a mãe ou o pai do sujeito e o sexo do mesmo ($\chi^2=10.488$; g.l.=1; $p<0.001$). Tal como se observa no Quadro 19, à semelhança do que se verificou para a categoria «açóites», a «mãe» aparece como perpetrador em frequências superiores às esperadas quando se consideram os participantes do sexo feminino e em frequências in-

QUADRO 18

Associação entre a sexo dos participantes e o facto de a categoria «açóites» do abuso sem sequelas ter sido perpetrada pela mãe ou pelo pai, antes dos 13 anos de idade (N=194)

			Perpetrador de "açóites" antes dos 13 anos		total
			mãe	pai	
sexo	Feminino	observada	79	27	106
		esperada	67.8	38.2	106.0
	Masculino	observada	45	43	88
		esperada	56.2	31.8	88.0
total		observada	124	70	194
		esperada	124.0	70.0	194.0

$\chi^2=11.408$; g.l.=1; $p<0.001$

QUADRO 19

Associação entre a sexo dos participantes e o facto de a categoria «bofetadas/pontapés» do abuso sem sequelas ter sido perpetrada pela mãe ou pelo pai, antes dos 13 anos de idade (N=107)

			Perpetrador de "bofetadas/pontapés" antes dos 13 anos		total
			mãe	pai	
sexo	feminino	observada	37	22	59
		esperada	28.7	30.3	59.0
	masculino	observada	15	33	48
		esperada	23.3	24.7	48.0
total		observada	52	55	107
		esperada	52.0	55.0	107.0

$\chi^2=10.488$; g.l.=1; $p<0.001$

feriores às esperadas quando se consideram os participantes do sexo masculino. Quando o perpetrador é o «pai», observa-se a tendência inversa: a frequência de participantes do sexo masculino é superior à esperada, enquanto que a frequência de participantes do sexo feminino é inferior à que seria de esperar de uma distribuição ao acaso.

3.2. História dos cuidados durante a infância em pais na comunidade

Mais de metade das mães (52.5%) afirma que teve «muito frequentemente» um adulto que se preocupasse com ela durante a sua infância e um número elevado (88.8%) considerou a presença deste tipo de cuidado como «frequente» ou «muito frequente». No entanto, algumas mães dizem «nunca» ter tido um adulto que se preocupasse com elas durante a infância (4%), sendo que outras dizem que essa preocupação por parte de

um adulto era apenas «rara» ou «ocasional» (7.2%).

Relativamente à preocupação por parte de um amigo, mais de metade das mães (56.0%) refere que tal ocorreu «frequente» ou «muito frequentemente» durante a infância. No entanto, cerca de 12.8% das mães refere «nunca» ter tido um amigo que se preocupasse realmente com elas, sendo que 11.9% tinham um amigo apenas «raramente» e 19.3% apenas «ocasionalmente».

No que diz respeito à previsibilidade do dia a dia, observamos que a maioria das mães considera que na sua infância os dias eram «frequente» ou «muito frequentemente» previsíveis (60.6%). No entanto, o dia a dia durante a infância foi considerado como «ocasionalmente» previsível por 12.7% das mães, sendo que cerca de 26.7% das mães afirma que o seu dia a dia era «raramente» ou «nunca» previsível.

Menos de metade dos pais refere ter tido «muito frequentemente», na sua infância, um adulto que se preocupasse com ele (47.4%), tal

QUADRO 20

Relato de cuidados durante a infância pelas mães e pais do estudo (N=883; 476 mães e 407 pais)

	Mãe				
	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente
Em que medida tinha um adulto que se preocupava consigo	19 4.0%	16 3.4%	18 3.8%	173 36.3%	250 52.5%
Em que medida tinha um amigo que se preocupa consigo	59 12.8%	55 11.9%	89 19.3%	148 32.0%	111 24.0%
Em que medida sentia que o seu dia a dia era previsível	59 12.9%	63 13.8%	58 12.7%	175 38.3%	102 22.3%
	Pai				
Em que medida tinha um adulto que se preocupava consigo	19 4.7%	15 3.7%	27 6.6%	153 37.6%	193 47.4%
Em que medida tinha um amigo que se preocupa consigo	51 12.8%	46 11.6%	94 23.7%	141 35.5%	65 16.4%
Em que medida sentia que o seu dia a dia era previsível	36 9.1%	68 17.2%	73 18.4%	163 41.2%	56 14.1%

como se observa no Quadro 20. No entanto, cerca de 85% dos pais considera que houve sempre um adulto que se preocupou, pelo menos de um modo «frequente». Mesmo assim, cerca de 4.7% dos pais refere «nunca» ter tido este tipo de cuidado durante a infância.

Em termos da presença de um amigo que se preocupasse com o sujeito durante a infância, a categoria mais referida é «frequentemente», seguida de «ocasionalmente» (em conjunto, estes dois tipos de frequência perfazem 59.2% dos casos).

Finalmente, e tendo em conta a previsibilidade do dia a dia, observamos que a maioria dos pais considerou os seus dias previsíveis de um modo «frequente» ou «muito frequente» (55.3%), sendo poucos (9.1%) aqueles que consideraram o seu dia a dia como tendo sido sempre imprevisível, durante a infância.

Quando se comparam os cuidados prestados durante a infância às mães e aos pais, verifica-se que não existe uma associação significativa entre o sexo do participante e a existência de um adulto que se preocupava com o sujeito durante a infância ($\chi^2=0.307$; g.l.=1; p=n.s.). Também não existe uma associação significativa entre o sexo do participante e a existência de um amigo que se preocupava com o sujeito durante a infância, quando se comparam as mães com os pais ($\chi^2=0.006$; g.l.=1; p=n.s.). Assim como, no que diz respeito à previsibilidade do dia a dia, não foi encontrada uma associação significativa entre o sexo do participante e a frequência em que o sujeito considerou o seu dia a dia previsível durante a infância ($\chi^2=0.02$; g.l.=1; p=n.s.).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Muito embora as limitações decorrentes do facto de o nosso estudo ter por base a resposta a questionários de auto-relato e ter apenas em conta os pais que quiseram participar, podemos concluir que é elevada a prevalência de história de abuso na infância ou adolescência dos pais portugueses, tal como pode ser relatada na idade adulta.

Com efeito, os resultados mostram que um elevado número de pais (73.2%) refere ter sido vítima de algum tipo de abuso durante a sua infância ou adolescência. Ao constatarmos que é

bastante corrente o relato de pelo menos uma situação de abuso durante a infância ou adolescência dos pais, observamos também que na maioria dos casos esse relato se refere ao abuso físico sem sequelas que é, aliás, o tipo de abuso mais frequente na amostra de pais portugueses (72.1%). Assim, o abuso físico com sequelas e o abuso sexual são muito menos frequentes na história dos pais, dado que apenas 9.8% dos pais relatam terem sido vítimas de abuso físico com sequelas e 2.6% relatam terem sido vítimas de abuso sexual durante a infância ou adolescência.

Convém desde já salientar que, na nossa amostra, os valores de prevalência de história de abuso (algum tipo de abuso, abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas) são semelhantes, embora inferiores, aos valores publicados pelos autores que usaram o CHQ sobre outras amostras na comunidade, com excepção para o abuso sexual que foi muito menos relatado pelos pais portugueses. As investigações conduzidas com estudantes universitários nos Estados Unidos e Espanha observam, consoante os estudos, que: 83.4 a 93.8% dos sujeitos relatam ter sido vítimas de abuso físico sem sequelas, 15.2 a 23.5% referem ter sofrido abuso físico com sequelas e 4.3 a 15.7% reportam abuso sexual durante a infância ou adolescência (Crouch et al., 1995; Litty et al., 1996; Milner et al., 1990, Paúl et al., 1995). A este propósito importa mais uma vez salientar que a nossa amostra é uma amostra de pais que se dispuseram a participar, e não uma amostra de estudantes universitários, e que o número de sujeitos que participaram é consideravelmente superior ao número daqueles que foram alvo dos estudos já citados.

Podemos igualmente concluir que o abuso aconteceu a maior parte das vezes durante a infância e não tanto durante a adolescência dos pais portugueses. Assim, à excepção do abuso sexual, cuja prevalência não é significativamente diferente para o período antes (1.8%) e depois (1.4%) dos 13 anos de idade, a presença de algum tipo de abuso (71.9% e 48.3%), assim como a presença de todos os tipos de abuso físico – sem sequelas (70.8% e 47.0%) e com sequelas (8.6% e 6.2%) – é mais corrente no período que antecede do que no período que sucede os 13 anos de idade, sendo que estas diferenças se mostraram significativas. Estes resultados são em tudo idênticos aos resultados de outros au-

tores, que, usando o mesmo ou um questionário diferente, verificam que o abuso durante a infância é mais frequente do que o abuso durante a adolescência, sobretudo no que se refere ao abuso físico, o que não é tão claro no que se refere ao abuso sexual (Benedict et al., 1999; Crouch et al., 1995; Epstein & Bottoms, 1998; Linksey & Fergusson, 1997; Milner et al., 1990; Paúl et al., 1995). Também os estudos que consideram os registos junto de organismos oficiais verificam um maior número de queixas relativas a crianças do que a adolescentes (Egami et al., 1996; McGuigan & Pratt, 2001; Mollerstrom, et al. 1995; National Centre on Child Abuse and Neglect, 1986; National Study of the Incidence and Severity of Child Abuse and Neglect, 1988; U.S. Department of Health and Human Services, The Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, 1996). Os nossos resultados mostram ainda, à semelhança dos citados autores, que tanto as mães como os pais referem de forma idêntica significativamente mais abuso físico antes do que depois dos 13 anos de idade.

Os dados que recolhemos e que apresentamos neste artigo mostram ainda que mães e pais relatam em frequências idênticas a presença de algum tipo de abuso, de abuso físico (com e sem sequelas), e de abuso sexual, na sua infância ou adolescência, o que não nos permite concluir que o abuso seja nessas idades uma experiência mais corrente para os homens ou para as mulheres. No entanto, a maior parte dos estudos que usam o CHQ verificam que o abuso sexual é mais relatado pelas mulheres do que pelos homens, embora essa diferença não seja tão clara para o abuso físico (Crouch et al., 1995; Litty et al., 1996; Milner et al., 1990, Paúl et al., 1995). Mesmo assim, tal como nós, outras investigações também não encontram diferenças entre os sexos no que se refere à prevalência de abuso físico ou sexual durante a infância e a adolescência quando têm em conta os relatos na idade adulta (Fish & Scott, 1999; Melchert, 2000). Por sua vez, quando se consideram os registos em organismos oficiais, verifica-se geralmente um número idêntico de queixas de abuso físico ou de abuso sexual sobre crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino, embora os valores sejam mais aproximados no que se refere ao abuso físico do que ao abuso sexual (Egami et al., 1996; McGuigan & Pratt, 2001; Mollerstrom et

al., 1995; National Centre on Child Abuse and Neglect, 1986; National Study of the Incidence and Severity of Child Abuse and Neglect, 1988; U.S. Department of Health and Human Services, The Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect, 1996).

Quando se consideram os indivíduos que têm história de abuso físico durante a infância e a adolescência, a situação mais frequente é o abuso ocorrer antes e depois dos 13 anos, seguindo-se a situação em que o abuso ocorre apenas antes dos 13 anos e, por último, a situação em que o abuso ocorre apenas depois dos 13 anos de idade, isso tanto para os pais em geral, como, separadamente, para as mães e para os pais da nossa amostra na comunidade. Esta constatação está em conformidade com os resultados dos estudos que usaram o CHQ junto de outras amostras (Crouch et al., 1995; Litty et al., 1996; Milner et al., 1990, Paúl et al., 1995). O mesmo se verifica quando se consideram os pais que foram vítimas de algum tipo de abuso antes e depois (46.9%), apenas antes (29.8%) e apenas depois dos 13 anos de idade (3.3%); os pais que foram vítimas de abuso físico sem sequelas antes e depois (44.7%), apenas antes (29.6%) e apenas depois dos 13 anos de idade (2.5%). E, quando se consideram os pais que foram vítimas de abuso físico com sequelas antes e depois (4.7%), apenas antes (4.2%) e apenas depois dos 13 anos de idade (1.5%). Embora tal não se verifica, quando se consideram os pais que foram vítimas de abuso sexual, que é mais uma vez uma exceção, dado que se observa com mais frequência apenas antes (1.2%) ou apenas depois (0.8%) e não tanto simultaneamente antes e depois dos 13 anos de idade (0.6%).

Assim, verificamos que existe, na história dos pais, uma associação significativa entre a presença/ausência de abuso antes e a presença/ausência de abuso depois dos 13 anos de idade. O mesmo se observa para todos os tipos de abuso (isto é, para algum tipo de abuso, para o abuso físico sem sequelas, para o abuso físico com sequelas e também para o abuso sexual) e tanto para as mães como para os pais em estudo.

Na história dos indivíduos, tanto das mães como dos pais da amostra, embora o abuso antes dos 13 anos se verifique com significativa mais frequência do que o abuso depois dos 13 anos de

idade, a ocorrência ou não ocorrência de abuso antes dos 13 anos é um factor que se associa à ocorrência ou não de abuso depois dessa idade.

Esta evidência empírica, resulta do facto de as vítimas de abuso depois dos 13 anos terem sido, na sua grande maioria, vítimas de abuso também antes dessa idade, sendo muito raro o abuso vir a acontecer apenas na adolescência. Sugere que as situações de abuso físico e sexual durante a infância são circunstância de risco para que mais situações de abuso aconteçam na trajectória desenvolvimental do indivíduo, esteja esta evidência empírica dependente ou não do contexto de desenvolvimento permanecer o mesmo. Por conseguinte, fundamenta a opinião dos autores que têm vindo a assinalar que o mais grave impacto adverso, na trajectória desenvolvimental do indivíduo, decorrente do facto de ter sido precocemente vítima de maus tratos, é a sua elevada vulnerabilidade a subsequentes experiências de abuso (e.g., Figueiredo, Fernandes, Matos, & Maia, 2002).

No que se refere agora aos perpetradores do abuso, e à semelhança do que verificam outros autores, observamos que, consoante o tipo de abuso considerado, são diferentes os perpetradores mais correntemente referidos pelos pais portugueses (e.g., Browne & Hamilton, 1998). Ainda consoante o tipo de abuso considerado, são igualmente diferentes os perpetradores mais correntemente referidos pelas mães e pelos pais da nossa amostra (e.g., Peters & Range, 1995). Verifica-se assim uma tendência para as experiências de abuso terem sido mais frequentemente perpetradas pelos pais, do que por outros elementos da família ou por elementos fora da família, tal como se tem observado noutros estudos (Brayden et al., 1995; Melchert, 2000; Kinzler et al., 1995). No entanto, isto é mais verdade para o abuso físico, e sobretudo para o abuso físico sem sequelas do que para o abuso sexual, o que também tem sido geralmente observado (e.g., Browne & Hamilton, 1998).

No entanto, quanto aos comportamentos abusivos relatados, podemos concluir que não existem grandes diferenças entre as mães e os pais da amostra. Interessa ainda salientar que as categorias de comportamentos abusivos que na nossa amostra de pais portugueses foram mais frequentemente referidas para o abuso físico sem sequelas, para o abuso físico com sequelas e

para o abuso sexual, são aquelas que são encontradas como mais frequentes na generalidade dos estudos que usaram o CHQ (Litty et al., 1996).

Os resultados do presente estudo permitem ainda revelar, entre outros aspectos, uma associação significativa entre o sexo do perpetrador e o sexo da vítima do abuso físico. Esta associação verifica-se no sentido de os participantes do sexo feminino relatarem mais abuso físico por parte das mães, enquanto que os participantes do sexo masculino relataram mais abuso físico por parte dos pais, tanto antes como depois dos 13 anos de idade. No entanto, os dados não nos permitem dizer, à semelhança do que foi observado por outros autores (Browne & Hamilton, 1998), que o pai ou a mãe seja mais perpetrador de abuso físico ou sexual à criança, quer antes quer depois dos 13 anos de idade. O mesmo se verificando para os maus tratos observados sobre outros na infância ou adolescência dos pais, que o questionário também avalia.

Quanto à história de cuidados dos pais, tal como relatada na idade adulta, a maior parte, das mães (88.8%) e dos pais (85%), afirma ter tido frequente ou muito frequentemente um adulto que se preocupasse com ele(a). Mais de metade, das mães (56%) e dos pais (51%), menciona ainda ter tido frequente ou muito frequentemente um amigo que se preocupasse com ele(a) durante a infância. No entanto, algumas mães (4%) e alguns pais (4.7%) referem que nunca tiveram um adulto que se preocupasse com eles durante a infância. Mais de um em cada quatro, mães (26.7%) e pais (26.3%), considera ainda que o seu dia a dia durante a infância era raramente ou nunca previsível. Assim, podemos concluir que, muito embora a experiência de ter alguém que se preocupasse com a criança seja relativamente comum, é mais raro, na infância dos pais da nossa amostra, que o dia a dia fosse previsível.

Importa salientar que, à semelhança do que foi reportado nos estudos já citados que administraram o CHQ em amostras na comunidade, o tipo de abuso mais frequentemente relatado no nosso estudo é o abuso sem sequelas, seguindo-se o abuso com sequelas, sendo o abuso sexual o tipo de abuso menos frequente, tanto nas mães como nos pais da amostra. Com excepção do abuso sexual, que apresenta uma distribuição semelhante nas diferentes idades consideradas, o abuso físico, quer se trate do abuso sem sequelas

ou do abuso com sequelas, ocorre com maior frequência na infância do que na adolescência dos pais, o mesmo se verificando para as mães e para os pais da amostra. Pensamos, pelo que foi dito, que o abuso sexual deve ser considerado como um tipo diferente de abuso, dado que os resultados mostram que, em relação a muitas das dimensões avaliadas, se comporta de um modo distinto do que foi observado para o abuso físico.

Por último, uma das limitações deste tipo de estudos decorre de possíveis erros por se tratar de um relato retrospectivo, baseado no que os indivíduos se recordam da infância (Milner et al., 1990).

O facto de o abuso sexual nos ter sido revelado pelos pais é um indicador de que, muito embora pudéssemos supor que haveria algum constrangimento na resposta a este tipo de questionário, um número importante de sujeitos foi efectivamente capaz de responder de acordo com a sua própria experiência.

No entanto, os nossos valores subestimam em mais de metade a prevalência de abuso sexual encontrada com o mesmo questionário nos estudos desenvolvidos em outros países (e.g., Milner et al., 1990; Browne & Hamilton, 1998), ou que recorreram a outros instrumentos análogos com o mesmo tipo de amostras (e.g., Melchert, 2000). Tal conduz-nos a pensar que, muito possivelmente, alguns pais podem não ter assinalado o abuso sexual de que foram alvos, ou então, outros pais, vítimas de abuso sexual durante a infância ou adolescência, optaram por não devolver o questionário, o que pode ser uma limitação do estudo, no que refere particularmente a este tipo de abuso. Esta é mais uma limitação que gostaríamos de assinalar e que tem sido noticiada (Eisen et al., 1998; Epps et al., 1999).

Mesmo assim, um número que podemos considerar elevado de pais (69%) participou devolvendo o questionário, o que corresponde a uma taxa de aderência bastante superior à conseguida noutras investigações (por exemplo, 28.2% no estudo de Fish & Scott, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anuário Estatístico da Região Norte (1991). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- Anuário Estatístico da Região Norte* (1999). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Belt, W., & Abidin, R. (1996). The relation of childhood abuse and early parenting experiences to current marital quality in a non-clinical sample. *Child Abuse & Neglect*, 20 (11), 1019-1030.
- Benedict, M., Paine, L., Brandt, D., & Stallings, R. (1999). The association of childhood sexual abuse with depressive symptoms during pregnancy, and selected pregnancy outcomes. *Child Abuse & Neglect*, 23 (7), 659-670.
- Brayden, R. M., Deitrich-MacLean, G., Deitrich, M. S., Sherrod K. B., & Altemeier, W. A. (1995). Evidence for specific effects of childhood sexual abuse on mental well being and physical self esteem. *Child Abuse & Neglect*, 19 (10), 1255-1262.
- Browne, K. D., & Hamilton, C. E. (1998). Physical violence between young adults and their parents: Associations with a history of child maltreatment. *Journal of Family Violence*, 13 (1), 59-79.
- Crouch, J. L., Milner, J. S., & Caliso, J. A. (1995). Childhood physical abuse, perceived social support, and socio-emotional status in adult women. *Violence and Victims*, 10 (4), 273-283.
- Egami, Y., Ford, D. E., Greenfield, S. F., & Grum, R. M. (1996). Psychiatric profile and socio-demographic characteristics of adults who report physically abusing or neglecting children. *American Journal of Psychiatry*, 153 (7), 921-928.
- Eisen, H. L., & Carlson, E. V. (1998). Individual differences in suggestibility. Examining the influence of dissociation, absorption and a history of childhood abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 547-561.
- Epps, J., Carlin, A. S., & Ward, N. G. (1999). Adult anger expression and childhood physical abuse history: The effects of event memory versus self-labeling. *Journal of Mental Health and Aging*, 5 (2), 175-185.
- Epstein, M., & Bottoms, B. (1998). Memories of childhood sexual abuse: A survey of young adults. *Child Abuse & Neglect*, 22 (12), 1217-1238.
- Figueiredo, B., Fernandes, E., Matos, R., & Maia, A. (2002). Maus tratos na infância: Trajetórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta. In R. Abrunhosa & C. Machado (coord.), *Violência e vítimas de crimes, vol. I: Adultos* (pp. 163-210). Coimbra: Quarteto Editora.
- Fish, V., & Scott, C. (1999). Childhood abuse recollections in a non-clinical population: Forgetting and secrecy. *Child Abuse & Neglect*, 23 (8), 791-802.
- Graffar, M. (1956). Une méthode de classification sociale d'échantillon de la population. *Courier*, 6, 455.
- Grimstad, H., & Schei, B. (1999). Pregnancy and delivery for women with a history of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 23 (1), 81-90.

- Kinzl, J., Traweger, C., & Bielb, W. (1995). Sexual dysfunctions: Relationship to childhood sexual abuse and early family experiences in a nonclinical sample. *Child Abuse & Neglect, 19* (7), 785-792.
- Liem, J., & Boudewyn, A. (1999). Contextualizing the effects of childhood sexual abuse on adult self and social functioning: An attachment theory perspective. *Child Abuse & Neglect, 23* (11), 1141-1157.
- Linksey, M. T., & Fergusson, D. M. (1997). Factors protecting against the development of adjustment difficulties in young adults exposed to childhood sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 21* (12), 1177-1190.
- Litty, C. G., Kowalski, R., & Minor, S. (1996). Moderating effects of physical abuse and perceived social support on the potential to abuse. *Child Abuse & Neglect, 20* (4), 305-314.
- Matos, R., Figueiredo, B., Maia, A., Fernandes, E., & Ribeiro, L. (1999). *Tradução da versão americana do «Childhood History Questionnaire» (CHQ)*. Braga: Universidade do Minho, Departamento de Psicologia.
- McGuigan, W. M., & Pratt, C. C. (2001). The predictive impact of domestic violence on three types of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect, 25*, 869-883.
- Melchert, T. (2000). Clarifying the effects of parental substance abuse, child sexual abuse, and parental caregiving on adult adjustment. *Professional Psychology, 31* (1), 64-69.
- Milner, J. S., Robertson, K. R., & Rogers, D. L. (1990). Childhood history of abuse and adult child abuse potential. *Journal of Family Violence, 5* (1), 15-34.
- Mollerstrom, W. W., Patchner, M. A., & Milner, J. S. (1995). Child maltreatment: The United States air force's response. *Child Abuse & Neglect, 19* (3), 325-334.
- Paúl, J., Milner, J., & Múgica, P. (1995). Childhood maltreatment, childhood social support, and child abuse potential in a Basque sample. *Child Abuse & Neglect, 19* (8), 907-920.
- Peters, D. K., & Range, L. M. (1995). Childhood sexual abuse and current suicidality in college women and men. *Child Abuse & Neglect, 19* (3), 335-341.
- Polusny, M. A., & Foulette, V. M. (1995). Long-term correlates of child sexual abuse: Theory and review of the empirical literature. *Applied & Preventive Psychology, 4*, 143-166.
- Rosen, L. N., & Martin, L. (1996). Impact of childhood abuse history on psychological symptoms among male and female soldiers in the U.S. army. *Child Abuse & Neglect, 20* (12), 1149-1160.
- Rosen, L. N., & Martin, L. (1998). Long-term effects of childhood maltreatment history on gender related personality characteristics. *Child Abuse & Neglect, 22* (3), 197-211.
- Shapiro, D., & Levendosky, A. (1999). Adolescent survivors of childhood sexual abuse: The mediating role of attachment style and coping in psychological and interpersonal functioning. *Child Abuse & Neglect, 23* (11), 1175-1191.
- U.S. Department of Health and Human Services (1996). *The Third National Incidence Study of Child Abuse and Neglect*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
- U.S. Department of Health and Human Services, Child maltreatment (1997). *Reports from the States to The National Child Abuse and Neglect data System*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
- U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau. (1997). *National Study of protective, preventive and reunification services delivered to children and their families*. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.

RESUMO

O presente estudo insere-se num projecto de investigação mais vasto sobre o contexto psicossocial dos maus tratos e negligência à criança em Portugal. Foi especificamente concebido para analisar a prevalência de história de abuso na infância e adolescência em pais portugueses na comunidade.

Os novecentos e trinta e dois pais (506 mães e 426 pais) da amostra do estudo, seleccionados na comunidade através de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, situadas na região Norte do País, completaram a versão portuguesa do *Childhood History Questionnaire* (CHQ, Milner, Robertson, & Rogers, 1990).

Os resultados ilustram os cuidados recebidos, assim como a prevalência de história de abuso físico (com e sem sequelas) e sexual, na infância e adolescência dos pais da amostra. Ilustram aspectos relevantes da história de abuso físico e sexual dos participantes no estudo, tais como: idade de ocorrência, recorrência do abuso, perpetrador(es) e tipo de comportamento abusivo.

Palavras-chave: História de abuso na infância, pais na comunidade.

ABSTRACT

The present study was conducted as a part of a larger research concerning the psychosocial context of child abuse and neglect. It was specifically designed to analyze the prevalence of the history of abuse in Portuguese parents from the community.

Nine hundred and thirty two parents (506 mothers and 426 fathers), composing our community parents' sample, that were selected through public primary schools from the Northern area of Portugal, and com-

pleted the Portuguese version of the *Childhood History Questionnaire* (CHQ, Milner, Robertson, & Rogers, 1990).

Results illustrate the received care, as the prevalence of child and adolescent physical (with and without sequelae) and sexual abuse history in community

parents. They show relevant aspects about participant's history of physical and sexual abuse, such as: age of its occurrence, abuse recurrence, kind of perpetrators and abusive behavior.

Key words: Childhood history of abuse, community parents.